

Zélia entregará lista pedida pelo Senado

- 5 JUN 1990

BRASÍLIA — A Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, decidiu ontem evitar o confronto com o Legislativo e enviou ofício ao Presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), informando que, dentro de cinco dias, começará a fornecer a relação dos correntistas que sacaram mais de NCZ\$ 500 mil entre 15 de fevereiro e 15 de março, informações solicitadas pelo Senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Com o objetivo de descaracterizar um recuo, a Ministra argumenta que a questão "transitou pelo plenário do Senado", condição que ela considerava indispensável para suspender o sigilo bancário. Hoje, o Senado decidirá se aceita a decisão ou se processa a Ministra por crime de responsabilidade, diante de sua recusa em fornecer aqueles dados dentro do prazo de 30 dias previsto pela Constituição.

A decisão de remeter as informações requeridas pelo Senado foi tomada ontem de manhã — poucas horas antes do início da sessão que decidiria sobre o enquadramento da Ministra —, em uma reunião de Zélia com o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral, o Líder do Governo no Senado, José Ignácio, e o Consultor Geral da República, Célio Silva.

José Ignácio explicou que a Ministra não desejava autorizar o Banco Central a prestar informações resguardadas pelo sigilo bancário, mas se considerou liberada depois que a questão passou pelo plenário.

— A assessoria jurídica da Ministra foi vencida pela argumentação da área política — disse José Ignácio.

Ontem, antes de ser informado da decisão de Zélia, Nelson Carneiro elaborara um parecer concluindo que, esgotados os prazos, caberia ao Senado "declarar a Ministra sujeita ao enquadramento em crime de responsabilidade". O Senado chegou a realizar sessão especial para discutir o assunto, mas as quatro horas previstas pelo regimento para esse trabalho não foram suficientes para a votação.

O autor do requerimento de informações, Senador Jamil Haddad, levantou a hipótese de que os cinco

dias solicitados pela Ministra seriam destinados a suprimir da relação informações que o Governo não desejaria divulgar:

— Esse aviso da Ministra não me comove. Tenho dúvidas sobre a forma pela qual o Ministério da Economia informará os dados à Casa.

O Senador, apoiado por seu colega Juthay Magalhães (PSDB-BA), chamou a Ministra de "petulante" por ter insistido na necessidade de aprovação da suspensão do sigilo pelo plenário. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado já havia decidido que aquela aprovação não seria necessária, e Juthay, Relator do parecer que levava a essa conclusão, ficou irritado:

— Petulância é uma expressão leve. Não é possível que o Senado abra mão de suas prerrogativas para atender a tamanha petulância.

O Senador Nelson Carneiro considerou que a Ministra havia sido "vencida, mas não convencida", situação em que afirmou já ter estado na condição de advogado. Ele preferiu desconsiderar a interpretação dada por Zélia às decisões da Casa:

— A opinião da Ministra não pode se sobrepor à do Senado. Decide-se agora quanto à aceitação do novo prazo — disse.

Apesar da presença do Líder José Ignácio em plenário, a defesa da Ministra foi feita pelo Senador Jarbas Passarinho, cujo partido, o PDS, integra a base de apoio parlamentar do Executivo. Passarinho observou que Zélia não mencionara uma autorização explícita através de votação para poder liberar as informações e que apenas afirmara que o assunto "transitaria em plenário". Argumentou também que "se o Governo quis enxugar informações, já as terá enxugado", atitude que, como lembrou, também pode ser vista como crime de responsabilidade.

— A Ministra está apenas salvando a própria face — disse Passarinho, acrescentando que, ao negar por tanto tempo as informações, Zélia fora induzida ao erro pelo Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central, José Roberto da Silva.